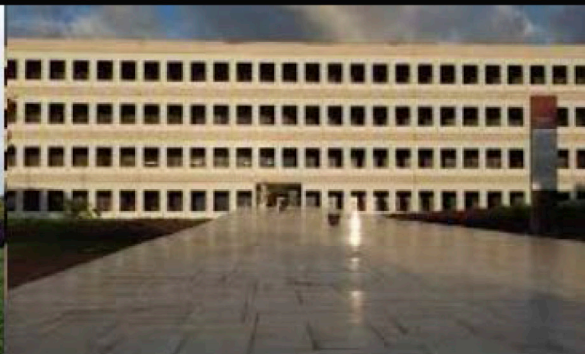


ATENÇÃO, ATENÇÃO!

ANTC & AMPCON PREPARAM

II ATO PÚBLICO PELA MORALIDADE NA INDICAÇÃO DE MINISTRO DO TCU



Em razão das vagas de Ministro do TCU que surgirão no segundo semestre de 2014, e das frequentes notícias de que o Senador **GIM ARGELLO** conta com o apoio do Palácio do Planalto para ser indicado ao cargo vitalício de Ministro do TCU, as Associações Nacionais dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC) e do Ministério Público de Contas (AMPCON) realizarão, em breve, o **II ATO PÚBLICO NA RAMPA DO TCU** contra indicação de nome que não atenda os requisitos constitucionais para o exercício da magistratura de contas.

ANTECEDENTES DO SENADOR

A pretendida indicação constituiria grave violação às exigências constitucionais de **idoneidade moral** e **reputação ilibada**, já que o Senador foi denunciado pelo Procurador-Geral da República no Inquérito 3.059 pelo **crime de peculato** e **dispensa indevida de licitação**. Além Disso, o STF autorizou a investigação no Inquérito 3.746 sobre indício da prática de **crime de lavagem de dinheiro** envolvendo o Senador, que também figura como acusado no Inquérito 2.724 que apura a prática de **crimes de apropriação indébita, ocultação de bens e corrupção passiva**. Investigação do MPDFT e da Polícia Civil do DF também indica, segundo a mídia, a participação do candidato em esquema fraudulento de concessão de bolsas de pesquisa para a Copa-2014.

Recentemente, o Senador deu declarações à mídia de que, se fosse para esperar o surgimento da primeira vaga no TCU em setembro, se lançaria candidato na Chapa do ex-Governador ARRUDA para as Eleições-2014. Há notícias de que o Palácio do Planalto estaria atuando para promover a antecipação do surgimento de uma vaga no TCU com vistas a acomodá-lo.

Não é possível que o TCU seja envolvido no jogo político-eleitoral, em prejuízo da **moralidade administrativa** e da **credibilidade** da instituição de controle.

MOBILIZAÇÃO DE SUCESSO

Em 2005, os servidores se mobilizaram e repudiaram, no **I ATO PÚBLICO NA RAMPA DO TCU**, a indicação do então Senador LUIZ OTÁVIO, acusado de desviar R\$ 12 milhões do BNDES. O fato histórico levou o então Presidente do TCU, Ministro ADYLSO MOTA, a declarar publicamente que não daria posse a candidato com essa ficha, e o Senado indicou outro nome. Isso porque para julgar contas, o candidato deve cumprir os mesmos requisitos de ingresso na magistratura. Novamente, o TCU precisa da mobilização dos Auditores, Procuradores, demais servidores e sociedade civil, para que possa resistir a esse tipo de investida **patrimonialista** que constitui um dos principais fatores críticos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, assim como de desacreditação social nas instituições públicas.

MAIS UMA VEZ O TCU PRECISA DO SEU ABRAÇO PARA RESISTIR.